

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA UNIVERSIDADE

Wagner Ribeiro Correa*

Sidnei Grígolo**

Resumo

Este trabalho tem como tema ressaltar a importância da educação financeira na universidade. Seu objetivo foi evidenciar como aspectos culturais e sociais podem contribuir para a efetividade da proposta. A base teórica esteve relacionada a fatos históricos, antropológicos, psicológicos, políticos e econômicos do Brasil. Também foi levantado o perfil financeiro do brasileiro, estruturado através de pesquisa exploratória, por questionário e foram confrontados os dados bibliográficos, com todos os acadêmicos da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus Videira, na área das Ciências das Humanidades. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que os acadêmicos sofrem negativamente a influência do contexto cultural para com suas finanças. Por tratar-se de assunto complexo, ainda demanda aprofundamento de estudo, contudo, entende-se que é necessário um maior conhecimento sobre a ótica da educação financeira, visando à formação mais estruturada do aluno para o mercado financeiro e de trabalho, demonstrando e revelando o papel importante da universidade.

Palavras-chave: Educação financeira. Cultura. Acadêmicos. Finanças pessoais.

1 INTRODUÇÃO

Grande parte da população ampliou o poder de consumo, segundo dados do Banco Central do Brasil (2013), e devido às turbulências financeiras sofridas no Brasil nas últimas décadas, tal população tem problemas financeiros, e isto não se restringe apenas àqueles de menor poder aquisitivo. Problemas como dívidas, dificuldades para adquirir bens gerando

endividamentos descontrolados e momentos de desemprego podem ser reflexos de uma má administração de seus recursos, prejudicando suas vidas por completo.

Acredita-se que grande parte desta preocupação com as finanças pessoais se iniciou após o cenário nacional conquistar um relativo controle inflacionário com o Plano Real, pois não há como coexistirem planejamento e inflação. Em países nos quais a economia apresenta-se mais estável, a preocupação com o desempenho das finanças pessoais está aculturada há mais tempo. Em consequência deste atraso, o Brasil ainda é iniciante na exploração de conteúdos para a educação financeira. As escolas ainda não possuem matérias sobre o dinheiro e planejamento familiar e mesmo no ensino superior, tanto em cursos relacionados, como administração, não encontramos conteúdos da pasta, tão importante para a construção pessoal e profissional.

No Brasil, ainda não existe de fato a prática da educação financeira. Pessoa alguma aprende como manusear o dinheiro na escola, no trabalho e muito menos em casa, onde começa todo o processo educativo. Salvo em honrosas exceções. [...] aprender a manusear o dinheiro é algo sério. É urgente o aprendizado, porque o Brasil já perdeu muito tempo na ignorância (ALMEIDA, 2007).

Apesar do histórico do país, existem timidamente alguns exemplos de educação financeira, como em bancos, empresas, instituições públicas e privadas e um projeto piloto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), implantada como disciplina piloto nos currículos das escolas públicas estaduais e municipais, a partir de 2013, sendo a educação financeira transformadora para a vida dos alunos e de suas famílias.

A literatura sobre o assunto é escassa, e geralmente possui uma abordagem simplória, com intuito de autoajuda, não sendo científica ou didática. Também há muitas abordagens que traduzem conceitos e siglas, oferecendo fórmulas prontas, que são pouco aplicáveis ao cotidiano. Afirmado isto, descobre-se a necessidade, a importância da educação

financeira na formação de cidadãos, mas que deve seguir numa nova linha de aprendizado, não massificado ou com fórmulas prontas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FATOS RELEVANTES DA ECONOMIA BRASILEIRA

A história do Brasil demandaria um estudo amplo e com chance de não contemplar todas as percepções, fatos, interpretações e a pluralidade desses mais de 500 anos. Partindo dessa ideia, é necessário fazer um recorte do passado, o qual implica abandonar ou abdicar de processos preestabelecidos. Alguns fatos históricos são pontos importantes na construção, formação da história do Estado, da economia, desde o período Colonial, Republicano, Democrático e do Regime Militar.

As duas instituições básicas que por sua natureza estavam destinadas a organizar a colônia Brasil foram o Estado e a Igreja Católica, que embora distintas, nesta época estavam ligadas.

A república burguesa (1889-1930) foi marcada por muitas forças produtivas e o progresso material. Nesse período, o capital estrangeiro tornou-se expressivo, houve a entradas de bancos internacionais e investimentos em áreas essenciais, como estradas de ferro e portos. Deve-se muito a estes investimentos, que se não houvesse, o Brasil não poderia obter progresso.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e suas consequências no cenário internacional, a partir de 1930 a crise mundial repercutiu também fortemente no Brasil. Para Prado Junior (2004) tudo isso determinara naturalmente um brusco e profundo desequilíbrio das contas externas do país e um déficit considerável e a moeda se desvaloriza rapidamente.

As perspectivas econômico-financeiras para 1964 são extremamente desfavoráveis. Para Teixeira (1993), de fato, os problemas econômicos que o novo regime enfrentava não eram pequenos: disparada da inflação, descontrole do déficit público, redução da atividade econômica e do nível de emprego etc. E foi para combater esses problemas e suas implicações

sociais e políticas, que se instalou no Brasil o Regime Militar, segundo seus inspiradores e defensores.

O governo do general Castelo Branco (1964-1967) foi o primeiro dos governos militares originários do golpe de 1964 que passou imediatamente às soluções da política monetarista tradicional: a) Combate e inflação através da redução das emissões de papel-moeda e oferta de crédito; b) equilíbrio das contas do governo por meio da elevação de todas as tarifas públicas e impostos e c) estímulo às exportações e redução das importações, através de uma maxidesvalorização.

O último governo militar do período, comandado pelo general João Figueiredo, ainda com forte poder sobre o Congresso, conseguiu mobilizar votação majoritária contra tal demanda e as eleições diretas ficaram adiadas para 1989 (RIBEIRO, 2010).

De acordo com Gomes e outros (2010), após a ditadura, planos econômicos foram elaborados e implementados na intenção de se frear a inflação. Entre eles se encontram o Plano Cruzado, de 1986 no governo de José Sarney, o Plano Bresser, de 1987, pelo então ministro da fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira e o Plano Collor, de 1990 no governo de Fernando Collor de Melo. No final dos anos 90 houve agravamento de problemas econômicos que perduraram por anos, ficando conhecida com a “década perdida”. Em 1994, no governo de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, implantou-se o Plano Real, vigente até o presente dia, plano este que conseguiu estabilizar a inflação daquela época e daquele governo mediante às ações tomadas.

É válido destacar, que não visualizamos um planejamento econômico em longo prazo para o Brasil. Sendo assim, a cada novo representante eleito um novo plano é construído, e, talvez, este formato de gestão explique um pouco a instabilidade e insegurança financeira vivida pelos brasileiros na sua grande maioria. Para Barbosa (2000) desde a primeira metade da década dos 1960 diversas reformas trataram de aperfeiçoar as instituições do mercado financeiro. Por outro lado, o desenvolvimento da própria economia, e em particular a presença constante da inflação no cenário

econômico, levou o sistema financeiro a se adaptar às oportunidades lucrativas que apareceram, acumulando um bom número de distorções no processo de intermediação financeira.

Segundo Cerbassi (2014), a evolução histórica do Sistema Financeiro Nacional pode ser dividida em quatro grandes fases e seus respectivos eventos:

- 1ª fase: chegada da família Real até a primeira Guerra Mundial (1808-1914);

- 2ª fase: da Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra Mundial (1915-1944);

- 3ª fase: após a Segunda Guerra Mundial até a grande Reforma Financeira (1945-1964); e

- 4ª fase: da grande Reforma Financeira até hoje (1964 – dias atuais):

Entender esta complexidade é fugir do fatalismo, que além das evidentes implicações políticas é uma estratégia investigativa necessária porque abre caminhos rumo a pistas essenciais sobre a evolução e eventual superação deste contexto.

2.2 CULTURA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A cultura é o principal determinante do comportamento e dos desejos de uma pessoa. Desde crianças absorvem-se certos valores, percepções, preferências e comportamentos advindos da família e de outras instituições e chega-se a seguinte pergunta: Se a cultura é um padrão pelo qual determinamos o que é verdadeiro e correto, podemos dizer que a cultura é aprendida? (KOTLER; KELLER, 2006, apud LIMA, 2013).

A formação de opinião e ideias a respeito do mundo são aprendidas com outros, por meio da interação em família, escolas e nas demais formas de organização. Este aprendizado tem como alicerce a vida em grupo. Cada ser é nascituro em uma família e a cultura que possui em comum nessa família torna-se fundamental para o seu modo de pensar. A crença é incentivada pelo fato de que as organizações sociais são importantes para sua identidade, para o significado enquanto indivíduos (LIMA, 2013).

Para Hoebel (2006) são determinantes da personalidade o produto de muitos fatores, que podem ser classificados em quatro categorias principais: (1) as características constitucionais do indivíduo (biologia, neurofisiologia etc.); (2) a natureza do ambiente físico no qual o indivíduo vive; (3) a cultura de acordo com a qual o indivíduo vive; e (4) a experiência única, biológica, psicológica, social, ou a história do indivíduo. Neste modelo, aspectos psicológicos também são importantes para construir a forma como se percebe o mundo. Não os levar em conta, seria de grande estupidez. A psicologia cognitiva, como ciência que estuda os processos mentais por detrás do comportamento, tem a contribuir.

A economia, os sistemas econômicos e o comportamento econômico pelo fato de terem o homem como agente decorrem não apenas das leis econômicas, mas ainda de valores morais e culturais, feitos psicológicos, hábitos e praxes dominantes na sociedade. Assim, a ordem socioeconômica é o quadro geral que orienta o comportamento das pessoas em suas atividades econômicas (LINDENBERG, 2002).

As instituições sociais, políticas e culturais, as ideologias predominantes e a própria consciência da coletividade são modeladas pelas relações econômicas e pelas condições materiais – ou, em termos marxistas, a superestrutura social é sustentada por uma base econômica.

Para Carvalho e Vieira (2003), em uma sociedade como a brasileira, fortemente influenciada por padrões ou modelos estrangeiros, torna-se mais fácil adotar uma estrutura formal por decreto ou lei, do que institucionalizar o correspondente comportamento social.

Constatou-se que a presença desse traço cultural aumenta o peso do mecanismo coercitivo na dinâmica da mudança na sociedade brasileira, implicando na necessidade de reavaliação da importância relativa dos pilares regulativo, normativo e cognitivo em cada situação de construção de realidade (ALMEIDA, 2007).

Em países como o Brasil, que possui fortemente a cultura religiosa, entre elas a católica, identifica-se o papel importante que esta exerce no cotidiano. Desprezar seus costumes, mesmo que alguns já tenham sido

"deixados de lado", seria negligenciar pontos importantes para a construção de uma nova forma de pensar e agir quando se trata de economia (ALMEIDA, 2007). Diante desta situação, entendemos que educação financeira, muitas vezes, é vista como uma não preocupação por parte das famílias e instituições de ensino, e que essa condição está ligada à cultura e às crenças das pessoas.

A popularização da educação financeira decorre da percepção de sua relevância na sociedade pelos fatores já apontados, como aumento da complexidade e da variedade dos produtos financeiros, ampliação da expectativa de vida, mudanças na composição e na distribuição da renda. Algumas razões levam a concluir que estes planejamentos devem ser parte de uma estratégia maior. Essas são evidências indicadoras que o lançamento de políticas requer amplo envolvimento da instituição, pois sem isso o grau de cooperação não é alcançado. Nesse sentido, foram consideradas, como referências, algumas experiências internacionais de estratégias de educação financeira, as quais forneceram subsídios para a abordagem a ser adotada no planejamento e na articulação institucional (ENEF, 2010).

Devido a diversos fatores, entre eles o endividamento da população, lançou-se holofotes a deficiências estruturais do mercado de crédito, entre eles o grau inadequado de educação financeira do brasileiro. Nesse sentido, a Serasa Experian, por meio de sua unidade de negócios Serasa Consumidor, e o Ibope Inteligência apresentaram o Indicador de Educação Financeira (INDEF). Este indicador tem como meta estabelecer uma leitura objetiva do grau de educação financeira do brasileiro em três dimensões – Conhecimento, Atitude e Comportamento -, identificando os pontos fortes e fracos e servindo, assim, de orientação para futuras atuações, públicas e privadas, no intuito de aprimorar cada vez mais o preparo do consumidor brasileiro.

Embora a educação financeira seja um processo trabalhoso, contínuo e complexo, é fundamental para que o ser humano entenda o mundo em que vive e os riscos do sistema financeiro. "Quando o indivíduo tem as

finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades. E isso ajuda não só nos estudos, mas também nos aspectos familiares” (ROCHA, 2005, p.127 apud LIMA, 2013).

O jovem universitário que souber elaborar e administrar suas finanças pessoais ampliará seus conhecimentos, podendo avaliar melhor uma compra, seu preço aplicado, as formas de pagamento, tipos de investimento, como buscar sua independência, refletindo uma sociedade que sabe valorizar e usufruir melhor o dinheiro (PIRES, 2008).

Identifica-se que dois itens podem ser fundamentais para a formação desta mentalidade: represamento de vontade e falta de objetivos claros a alcançar. É de se esperar que quanto mais vulneráveis e desinformados estivermos, mais facilmente somos atingidos por propagandas e o marketing. Não cabe julgar a decisão de cada indivíduo, mas sim, prepará-lo para que possa tomar suas próprias decisões, baseado em seus pretextos e objetivos e não apenas ao apelo mercadológico de determinado produto ou serviço.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo possui, enquanto natureza, pesquisa bibliográfica e documental, com a aplicação de uma pesquisa de campo. Quanto a objetivos de pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, a qual é desenvolvida a fim de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele (GIL, 2009).

O método utilizado foi o quantitativo, tendo em vista o público de pesquisa e a natureza da mesma. Para os procedimentos de coleta, utilizou-se de um questionário, no formato survey eletrônico, que conforme Hair Jr. e outros (2005) representa a obtenção dos dados inquiridos. Este, por sua vez, foi aplicado no período compreendido entre treze de outubro a trinta de novembro de dois mil e quatorze. O direcionamento foi focado nos cursos da área das Ciências das Humanidades e compreendeu todos os acadêmicos dos cursos, tanto ingressantes quanto concluintes.

A delimitação do estudo compreendeu a coleta de dados, tendo como objeto de estudo a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus Videira, e enquanto abrangência do estudo refere-se à população de 800 (oitocentos) alunos dos cursos de graduação oferecidos no campus, sendo que, para estabelecer-se um nível de confiança de 95%, aplica-se à fórmula 2 (dois) desvios, com um erro máximo tolerado de 5%. Como não é possível afirmar a percentagem que o fenômeno se verifica, adotou-se o valor máximo de p , que foi 50 (GIL, 2009). Neste sentido, chegou-se a amostra de 350 alunos.

Diante das características deste estudo, seguiram-se as seguintes etapas de pesquisa: a) método geral, dedutivo [...] que de acordo com a acepção clássica representa método que parte do geral e, a seguir, apresenta o particular (GIL, 2009). Método específico, estatístico, o qual fundamenta-se na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em Ciências Sociais. Perante as citações de Gil (2009), há que se considerar, que as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras.

2. 4 DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção apresentar-se-á uma discussão em torno da base teórico-empírica em consonância com as informações obtidas por meio da pesquisa de campo. Os resultados foram agrupados conforme as questões de pesquisa.

2.4.1 CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO

Do total dos respondentes, 72,0% são pessoas do gênero feminino e 28,0% do gênero masculino. Quanto à faixa etária dos respondentes, 72,0% pertencem ao grupo que está entre 18 a 25 anos, 22,0% na faixa de 26 a 35 anos e 6,0% acima de 36 anos. Quanto à área de estudo, os respondentes pertencem às seguintes áreas: 44,0% na área das Ciências Sociais e

Aplicadas, 29,0% na área das Humanas e Sociais, 5,0% na área Exatas e da Terra e 22,0% na área Biológicas e da Saúde. Quanto à remuneração percebida: dos respondentes 17,0% percebem até um salário mínimo; 50,0% dizem estar na faixa entre um e dois salários mínimos; 17,0% de três a quatro salários mínimos; 4,0% afirmam receber de quatro a cinco salários mínimos; e 12,0% acima de 5 salários mínimos. Também é importante ressaltar que dos pesquisados, 96,0% acessam à internet diariamente.

Diante das análises, observamos que a importância da educação financeira na universidade se mostra quando deparamo-nos com a diversidade dos indivíduos, porém, conforme identificado na literatura, o ensino da educação financeira deve iniciar em casa.

2.4.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A VISÃO DAS PESSOAS COM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES

O objetivo é identificar quais são as concepções pessoais em relação à imagem das instituições bancárias, religiosas, econômicas e governamentais. O foco é correlacionar como a falta de conhecimento ou de que forma a educação financeira, poderia auxiliar na tarefa de melhorar esta visão.

Quando os entrevistados foram indagados sobre se consideram o sistema financeiro complexo, burocrático e de difícil compreensão, 91,0% dos respondentes concordam com a indagação. Quando indagados sobre o formalismo das leis e regulamentos, 78,0% afirmam existir um excesso de formalismos e burocracia para compreensão dos mecanismos financeiros. A visão dos respondentes o retrato da imagem da economia brasileira é resultado das ações dos políticos – 32,0% - responsabilidade do sistema bancário – 27,0% - responsabilidade das empresas – 13,0% - responsabilidade das pessoas – 9,0% - e responsabilidade de todos – 19,0%. Quando perguntado aos entrevistados sobre a influência da religiosidade, obteve-se as seguintes respostas: 21,0% afirmam que Deus decide o destino; 21,0% afirmam que Deus decide o futuro, mas as pessoas podem mudá-lo um pouco; 32,0% afirmam que Deus decide o destino, mas as pessoas podem

mudá-lo muito; e 26,0% afirmam que não há destino, as pessoas decidem tudo sobre suas vidas.

Segundo Kotler e Keller (2006, p. 275, apud LIMA, 2013):

Os que exercem influência direta são os chamados grupos de afinidade. Estes dividem-se em primários (família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho), com os quais se interage contínua e informalmente; e secundários (grupos religiosos e profissionais ou associação de classe), que normalmente são formais e exigem menor interação contínua.

Sendo assim, percebe-se que existem muitos aspectos que distanciam as pessoas dos acontecimentos e da realidade das Instituições como um todo. Pelo fato do sistema financeiro ser um pouco complexo, talvez por aspectos formalísticos, ou por não se crer na representatividade individual, chega-se por muitas vezes à inércia e ao aguardo dos “mandos” divinos. Mas com um conhecimento adquirido sobre educação financeira, com certeza alavancaremos nossa visão.

2.4.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS NAS ATITUDES COMPORTAMENTAIS

Além da definição de Lima (2013), o comportamento do consumidor é um conjunto de reações ou respostas dos indivíduos a estímulos que decorrem de fatores pessoais, ambientais, situacionais e de marketing. Os fatores pessoais são aqueles inerentes ao indivíduo, que incluem os estados fisiológicos e psicológicos, bem como traços de personalidade e suas características particulares. Os fatores ambientais são aqueles de natureza cultural, social, econômica, política e legal, como valores compartilhados, opiniões de membros da família e dos veículos de comunicação, decisões de política econômica, mudanças causadas por novas tecnologias e limites impostos pela legislação.

Quando das respostas sobre, identificar quais os meios de comunicação procuravam na hora de tirar suas dúvidas, fazer pesquisa sobre o assunto etc., identificou-se que muitos canais são utilizados simultaneamente, mas principalmente a internet e a televisão (84% e 76%

respectivamente). Esses canais, especificamente, são marcados pela diversidade, às vezes prejudicial, e pela influência de massas. A contradição encontrada é que, a maioria, 68%, confiam nesses materiais pesquisados.

[...] o consumo um ato hedonista, ou seja, um ato de prazer. Sendo esta uma das suas perspectivas de classificação de consumo, o autor afirma que a visão hedonista se estabelece como o mainstream da ideologia do consumo, ideologia essa em que possuir produtos e serviços é ser feliz. "Consumir qualquer coisa é uma espécie de passaporte para a eternidade, consumir freneticamente é ter a certeza de ser um peregrino em viagem ao paraíso" (ROCHA, 2005, p. 127 apud LIMA, 2013).

A importância da educação financeira se mostra no sentido de buscar além de conhecimento sobre termos e formas de planejamento, o alcance de uma consciência em que o indivíduo reconhece que suas atitudes presentes são fundamentais para a construção de uma saúde financeira no futuro.

Identificamos que 64% dos entrevistados afirmam querer aprender mais sobre educação financeira. Hoje existem tais informações em jornais, cartilhas de bancos e em algumas escolas de educação básica.

3 CONCLUSÃO

Após percorrer-se o referencial teórico, formulação e aplicação dos questionários, interpretando e tabulando os dados, identificou-se a pertinência do objetivo proposto, uma vez que a educação financeira mostrou-se importante na universidade. A literatura sobre finanças pessoais é limitada, tornando a pesquisa escassa. Muitos materiais encontrados referem-se a trabalhos de conclusão de curso e cartilhas elaboradas por instituições. Em sua maioria, os temas são relacionados a planejamento previdenciário, planejamento financeiro e endividamento.

O objetivo da educação financeira é que pessoas criem um conjunto de habilidades, entre elas, compreendam termos financeiros, os quais englobam imposto de renda, amortização, juros e produtos, como seguros

(casa, carro, vida), capitalizações, aplicações, poupança, previdência, mas o mais importante é capacitar-se para tomar atitudes conscientes, medindo o impacto na sua vida e do planeta, respeitando e exercendo seus direitos e deveres.

Também se faz importante ressaltar que houve limitações no estudo, tanto em virtude das questões levantadas, fundamentalmente subjetivas, quanto à complexidade do tema.

Tento em vista a dificuldade de mensurar o grau de educação financeira de cada respondente, elencamos as principais conclusões encontradas conforme a problemática proposta: Os respondentes demonstraram certo distanciamento das instituições organizadoras da sociedade. Não foi identificada uma correlação entre a importância de suas ações e a construção destes pilares organizacionais. Outra conclusão é que aspectos religiosos são bem presentes nas atitudes e no modo de encarar situações cotidianas, pois como destacamos no referencial teórico, a igreja e as crenças influenciam nas decisões. O formalismo identificado na sociedade brasileira é marcante e retrata um país onde as pessoas têm baixa credibilidade em relação às instituições no geral.

Desta forma, considerando aspectos micro e macro econômicos, as diferentes concepções e opiniões, construídas pela influência dos meios de comunicação, instituições, cenário político e variáveis psicológicas, chegamos a um complexo sistema, sem referência única ou forma unilateral. Como nova proposta, sugere-se o estudo das finanças comportamentais, que investiga as origens e as consequências dos vieses cognitivos na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

BANCO, Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>. Acesso em: 28 set. 2013.

CERBASI, Gustavo. O estímulo que nos falta. Folha de S. Paulo, 13 ago. 2012. Disponível em :< <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/4/2/o-estimulo-que-nos-falta>> acesso em 26 out. 2014.

_____. O Brasil terá educação financeira, finalmente. Época, 25 maio 2014. Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/4/111/o-brasil-tera-educacao-financeira--finalmente>> acesso em 24 out. 2014.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. ENEF 2010: Plano Diretor. Brasília: 2014. Disponível em:<<http://www.vidaedinheiro.gov.br>> acesso em 20 mar. 2014

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2009.

HAIR JR, J. F. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOEBEL, Edward Adamson. Antropologia cultural e social. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006. 8ª reimpr

LAZARSFELD. Paul, MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: Teoria da cultura de massa. ADORNO et al., São Paulo: Ed. Paz e Terra, 7. ed. Revista, cap. 2, 2000.

LIMA, Thaiza Caroll de Castro. A nova classe média brasileira: ter para pertencer. Monografia (Curso de Publicidade e Propaganda) Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. 106 p.

LINDENBERG, Adolfo. Os católicos e a Economia de Mercado: oposição ou colaboração? Considerações do bom senso. São Paulo: Ed. LTr, 2002.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais. [S.l.: s.n.], 2007.

PIRES, Bruna de Fatima. Planejamento financeiro pessoal para estudantes universitários que estão ingressando no mercado de trabalho. 2008. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Relatório de Estágio Supervisionado. 138p. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/TCCPUC2008-BrunaPires.pdf>>

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004, 364 p.

TEIXEIRA, Francisco M. P. História Econômica e Administrativa do Brasil. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

Sobre o(s) autor(es)

* Graduado em administração Unoesc - wag.correa@gmail.com

** Mestre em Administração pela Fundação Regional de Blumenau – FURB, Blumenau/SC.

Professor titular do curso de administração – Unoesc. sidnei.grigolo@unoesc.edu.br